

Arte Resistência à Biopolítica

A experiência de rádio livre do coletivo os aparecidos políticos

Alexandre de Albuquerque Mourão

RESISTÊNCIA?

Partimos do pressuposto de que a educação encontra-se inserida num contexto sociofilosófico do capitalismo. Sob essa perspectiva, podemos dizer que a mesma engendra-se numa governamentalidade neoliberal em que:

[...] indivíduos e coletividades vêm sendo cada vez mais investidos por novas tecnologias e mecanismos de governo que fazem de sua formação e de sua educação, num sentido amplo, uma espécie de competição desenfreada, cujo “progresso” se mede pelo acúmulo de pontos, como num esquema de milhagem, traduzidos como índices de produtividade (Gadelha, 2009, p. 156).

A partir da observação de que há uma educação agenciada por esse “novo espírito do capitalismo” (Boltanski; Chiapello, 2009), que, consequentemente, agencia os “trabalhadores-empresa”, o “indivíduo-microempresa” (Gadelha, 2009, p. 149), levantamos as seguintes questões: existem subjetividades não agenciadas pela vida-capital? (Pelbart, 2003). De que modo encontramos estratégias de resistência a essa lógica neoliberal nos espaços educacionais? Como esses processos de subjetivação propiciam uma educação que escape, que crie linhas de fugas dentro do contexto biopolítico?

Levando em conta essa problematização, escutamos repetidamente, tanto de pensadores como dos próprios “indivíduos-microempresa”, a concepção de que o

capitalismo sempre se renovou e renovará, que já triunfou com o “fim da história”, sob a profecia de Francis Fukuyama¹, ou que é impossível um mundo sem capital. Ou seja, boa parte dos discursos relativos aos dispositivos do capital “entoam mantras” da impossibilidade de uma vida, de uma educação fora desse circuito de acumulação de pontos, cifras, notas e médias de uma sociedade empreendedora. Nesse contexto, parte das discussões teóricas do campo da educação e sociologia ou se remetem ao saudosismo de um período que não existe mais – quando se comentava sobre a autêntica luta política na década de 1960 – ou argumentam que o que existe hoje, compreendido como os novos movimentos sociais, é incapaz de tecer uma crítica e promover práticas contundentes às novas formas de agenciamento. Nesse sentido, faz-se necessária uma pesquisa que mapeie práticas educacionais que não estejam nas fileiras ansiosas dos “jovens empreendedores ou *business men*”.

A partir dos pontos expostos acima, este artigo tem como “objetivo” pesquisar “intervenções urbanas educativas” que façam resistência à governamentalidade neoliberal e a seus agenciamentos através da biopolítica. Mais especificamente, trata-se de cartografar práticas de arte-educação, na cidade de Fortaleza, que se propõem a “educar”² – ou melhor, traçar conflitos, tencionar espaços – através da arte; a catalogar essas práticas e relacioná-las com a educação e a biopolítica; a expor de que forma, enfim, essas estratégias de resistência se dão, ou seja, quais os processos de subjetivação que as engendram.

Para tal, contaremos com referência de teóricos como Michel Foucault (1986, 1999), Félix Guattari (1987), Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009), Péter Pal-Pelbart (2003), Lilian Amaral (2008) e Sylvio Gadelha (2009). A seguir, iremos expor brevemente alguns desses aportes teóricos.

RESISTÊNCIAS, MEMÓRIAS E RADIOFREQUÊNCIAS

Peter Pál Pelbart (2003), em um capítulo de *Vida capital*, ao fazer uma breve síntese da obra *O novo espírito do capitalismo*, de Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009), discorre sobre o que ele denomina de um capitalismo contemporâneo: um capitalismo em rede, conexcionista, que, conseqüentemente, traz a noção de “cidade por projetos”: Trata-se de uma cidade onde há, mais do que trabalho, atividades que visam gerar projetos, que dependem dos encontros (Pelbart, 2003, p. 99). Na mesma página,

1. Filósofo e economista nipo-estaduniense, neoconservador, que publicou várias obras, entre elas *O fim da história e o último homem* (Fukuyama, 1992).

2. O termo educar encontra-se entre aspas, pois, quando se trabalha a partir da concepção das Filosofias da Diferença, tal leva outra conotação, que será abordada brevemente no referencial teórico.

afirma ainda que o termo “projeto” indica um dispositivo transitório, e a vida é tida como uma sucessão de projetos.

São justamente as vidas, os corpos, em suma, as populações que passam a ser formas de agenciamento do que se entende por biopolítica: Deveríamos falar de ‘bio-política’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio de cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana (Foucault, 1999, p. 133).

Através dessa incisão sobre a vida, poderíamos ser tentados a pensar que o capitalismo “educa” os “sujeitos” a serem de tal forma, logo compreendendo a educação como influenciada pelo capitalismo. Claro que procede o fato de, por exemplo, um excesso de propaganda para vender tal produto influenciar o comportamento de uma criança. Logo, *grosso modo*, poderíamos influir que certa lógica de *marketing* “educou” essa criança a se comportar de tal maneira. Entretanto, é justamente na crítica à noção de sujeito que iremos nos deter e que guiará boa parte dessa cartografia das intervenções urbanas no campo da arte-educação. No entanto, de que forma será feita esta abordagem?

Sylvio Gadelha (2009), na defesa da possibilidade de relacionar educação com biopolítica, coloca que:

O sujeito em Foucault remete a uma invenção moderna: ele é da ordem da produção, de uma produção historicamente situada. Nesse sentido, em se tratando da educação, poder-se-ia falar dos modos através dos quais ela se agencia à questão ou ao problema da subjetividade: num primeiro caso, [...] de constituição de identidades, de personalidades, de formas de sensibilidade, de maneiras de agir, sentir e pensar, normalizadas, sujeitadas, regulamentadas, controladas; num segundo caso, em que a resistência ao poder entra em foco, dando-se por uma via ético-estética, pode-se pensar como ela, a educação, se encontra implicada na *invenção de maneiras singulares de relação a si e com a alteridade* (p. 173, grifos do autor).

Este artigo se propõe justamente à apresentação de resistências, inseridas no campo educacional, ao biopoder. Ou seja, nos deteremos, como já foi explicitado, numa investigação das estratégias de desejo no campo social por uma via “ético-estética”. Nesse sentido, falar de uma via ético-estética é, em certa medida, abordar questões referentes ao campo da potência, da criação, em suma, ao campo da educação em relação com a arte. As relações de si e com a alteridade (seja ela o outro, um corpo urbano, coletivos artísticos) serão investigadas no que se entende como uma abordagem da arte-educação.

Mas o que seria essa abordagem em arte-educação? De que forma poderíamos propor uma investigação sem sobrepujar a educação à arte ou vice-versa? Para isso,

apresentaremos brevemente a relação entre esses dois saberes, para, em seguida, definir mais claramente a categoria da Intervenção Urbana – como estratégia de resistência – dentro do campo da arte-educação.

O arte-educador João Francisco Duarte JR. (1994), por exemplo, coloca que:

A educação é, por certo, uma atividade profundamente estética e criadora em si própria. [...] Na educação joga-se com a construção do sentido – do sentido que deve fundamentar nossa compreensão do mundo e da vida que nele vivemos. No espaço educacional comprometemo-nos com nossa “visão de mundo”, com nossa palavra. Estamos ali em pessoa – uma pessoa que tem os seus pontos de vista, suas opiniões, desejos e paixões (p. 74).

De que forma, afinal, essa atividade criadora se relacionaria com a arte? De que maneiras essas construções e produções de sentidos se dariam no que se convém chamar de arte-educação? O mesmo autor complementa:

[...] arte-educação não significa o treino para alguém se tornar um artista. Ela pretende ser uma maneira mais ampla de se abordar o fenômeno educacional, considerando-o não apenas como transmissão simbólica de conhecimentos, mas como um processo formativo do humano. Um processo que envolve a criação de um sentido para a vida, e que emerge desde os nossos sentimentos peculiares (Duarte JR., 1994, p. 72).

A arte-educação no Brasil passou por diversos processos. Podemos compreendê-la de acordo com Silva e Galvão (2009, p. 142), sem necessariamente seguir uma cronologia linear, como: 1) “técnica”, desde o período dos jesuítas e da Academia Imperial de Belas Artes; 2) “expressão”, no início do século XX, a partir do Modernismo, da Escola Nova e do Movimento Escolinhas de Arte; 3) entre os anos 60 e 80, como “atividade”, a partir da criação da Lei 5692/71, que institui a Reforma Educacional do ensino de 1º e 2º graus; por fim, 4) hoje, como “conhecimento” – concepção reforçada com a criação de leis que obrigam o ensino de arte, principalmente na educação básica, e com uma maior divulgação de arte-educação em outros espaços como museus, galerias e até nos meios de comunicação.

É importante observar que, apesar de parte das discussões sobre arte-educação se deterem nas questões referentes ao ensino de arte nos espaços formais (colégio, faculdades, especializações etc), neste artigo nos detemos nos aportes teóricos da arte-educação, entendendo-a como uma prática que extrapola os espaços representativos e começa a ir para o corpo urbano, para a cidade em si. Nesse sentido, frisamos que a educação a qual destacamos refere-se mais especificamente a essa via “ético-estética”,

a uma maneira singular de relação de si e com a alteridade, a partir do que se entende como um campo implicado dentro da arte-educação, a intervenção urbana:

Houve um tempo em que o termo intervenção era privilégio legítimo de militares, estrategistas ou planejadores e o urbano adjetivava o futuro ainda longínquo para a maioria da população mundial. Se a intervenção urbana foi, no século XX, predominantemente heterônoma, uma ordem vinda de cima, a partir da segunda metade deste mesmo século, os artistas começaram a interceptar tal heteronomia e a apropriar-se da possibilidade de intervir no mundo real e na cultura, irreversivelmente urbanos. Neste curto intervalo histórico, diversas iniciativas artísticas realizadas fora dos museus e galerias, dos palcos e dos pedestais buscaram novas relações socioespaciais e consolidaram a ideia de intervenção urbana em dois rumos: como estratégia de transformação física (monumentos também heterônomos) ou como tática de uso da cidade e da cultura (interferências efêmeras, imagéticas, móveis, colaborativas). Atuando através de forças imprevistas, de conflitos de tradução e da expansão das noções e hierarquias tradicionais do espaço, tais práticas³ (a deriva, o minimalismo, a *land art*, o *building cut*, o *happening*, o *site-specific*, etc.) desmontaram de uma vez por todas a ideia clássica de arte baseada no consenso e possibilitaram a emergência complexa e indelével da noção de público (Marquez; Cançado, 2010, p. 70).

É justamente com a saída do artista dos espaços representativos que a arte começa a adentrar, de maneira singular, no espaço urbano. Dessa maneira, ao se criar uma ação interventiva, há outra significação tanto do local como das pessoas que por ali transitam – Os significados de uma obra ou ação artística são construídos no encontro entre a subjetividade daquele que a propõe e a subjetividade de cada um daqueles que ativamente a tomaram para si (Amaral, 2008, p. 57).

A partir desse breve levantamento teórico, apresentaremos agora exemplos de intervenção urbana que se propõem a uma incursão no lócus urbano – praticando novos agenciamentos na educação e, em alguns casos, conseqüentemente de resistência à biopolítica.

Os aparecidos políticos

Há cerca de um ano e meio, um coletivo intitulado *Os aparecidos políticos*⁴ vem desenvolvendo intervenções na cidade de Fortaleza, propondo quebras de consensos no território urbano e articulando arte e política a partir da noção de que a resistência

3. Tais práticas citadas entre parenteses referem-se a categorias inseridas no campo da arte.

4. Mais informações, fotografias, áudios e vídeos do coletivo podem ser encontrados no site Aparecidos Políticos (2012).

da obra não é o socorro que a arte presta à política. Ela não é a imitação ou antecipação da política pela arte, mas propriamente a identidade de ambas. A arte é política (Rancière, 2007, p. 27). Tendo como estratégia de ação tais dispositivos, o coletivo propõe polemizar e afetar temas referentes a assuntos concernentes às questões da ditadura civil-militar brasileira (1964-1984), como o direito à memória, justiça, verdade e a falta de democracia nos meios de comunicação.

Dentre as intervenções realizadas pelo grupo, destaca-se *O que Resta da Ditadura?*, na qual realizam performances em territórios da cidade que possuíam/possuem relação com a ditadura militar: antigos centros de detenção, áreas do exército, ruas com nome de ditadores, locais de resistência etc. O coletivo fixou em muros, no mesmo momento em que um *performer* sentava-se vendado e seminu em uma cadeira, imagens dos rostos de alguns dos 180 desaparecidos políticos. A possibilidade de se questionar os espaços e afetar a “neutralidade” do local no qual a ação era realizada foram algumas das propostas daquela intervenção.

Outra intervenção a ser comentada refere-se aos chamados *Rebatismos Populares*: no dia 28 de março de 2011, data de aniversário do assassinato do estudante Edson Luís por parte das forças repressivas do governo militar, o coletivo “rebatizou” o Centro Social Urbano da cidade, que até então levava o nome de um dos piores ditadores daquele regime: Emílio Garrastazu Médici. Sobre o olhar de algumas organizações da sociedade civil, os Aparecidos Políticos subiram em um cavalete, pintaram de branco o nome “Presidente Médici”, localizado na fachada da instituição pública, e escreveram o nome “Edson Luís”. Até hoje, o nome rebatizado permanece no local.

No entanto, para efeito deste artigo, preferimos nos deter mais profundamente no tópico a seguir, outro trabalho do grupo realizado recentemente: a *Intervenção Urbana pelo Ar*.

Intervenção urbana pelo ar: Rádio Livre em Fortaleza

O filósofo da diferença e ativista Félix Guattari, no prefácio do livro *Rádios Livres: a reforma agrária no ar*, introduz aquilo que foi uma estratégia de resistência iniciada em meados da década de 1970:

As rádios livres não nasceram de um fantasma da *belle époque* dos meia-óitos, como escreveu um jornalista da Folha de São Paulo. Trata-se, pelo contrário, de um movimento que se instaurou, nos anos 70, como reação a uma certa utopia abstrata dos anos 60. As rádios livres representam, antes de qualquer outra coisa, uma utopia concreta, suscetível de ajudar os movimentos de emancipação desses países a se reinventarem. Trata-se de um instrumento

de experimentação de novas modalidades de democracia, uma democracia que seja capaz não apenas de tolerar a expressão de singularidades sociais e individuais, mas também de encorajar sua expressão, de lhes dar a devida importância no campo social global (Guattari, 1987, p. 12).

É justamente nessa perspectiva de uma experimentação, da criação de novas modalidades de democracia, que os movimentos de rádios livres inspiraram *Os aparecidos políticos* a realizar o trabalho intitulado *Intervenção urbana pelo ar*. Tendo como questionamento o fato de os meios de comunicação no Brasil serem dominados por um verdadeiro oligopólio – segundo o Jornal Brasil de Fato, cerca de 10 famílias controlam mais de 80% dos veículos comunicacionais⁵ – foram realizadas transmissões nômades nas cidades de Recife-PE, Sabiaguaba-CE e também Fortaleza, com o intuito de questionar esse “lugar comum” que se convencionou chamar de comunicação. Que tipos de dispositivos operam nessas radiofrequências dominadas por grupos empresariais focados no viés mercadológico? Quais ditaduras permanecem no espectro eletromagnético territorializado por fundamentalistas religiosos e de mercado? Tendo como noção a possibilidade de poder-resistência, o coletivo vem criando, por períodos específicos, transmissões na frequência modular 103,5 MHz e via internet.

Uma de suas mais recentes ações, a *Exposição/Ocupação Rádio Arte: Memórias e Resistências*, ocorreu durante os dias 14 de fevereiro e 17 de março de 2012, na Galeria de Arte Antônio Bandeira, em Fortaleza. A ação tinha como objetivo, além de expor os registros do trabalho do coletivo, criar um espaço de experimentação onde grupos artísticos, movimentos sociais e transeuntes pudessem utilizar e criar proposições numa estação de rádio livre, instalada dentro da galeria.

Essa tentativa de inventar maneiras singulares de relação de si com a alteridade, intervindo no território do ar a partir da emissão de radiofrequências, possibilitou se pensar novas formas de atuação no campo artístico, político e educacional. Pôde-se, nesses dias, realizar diversos tipos de experimentações, nas quais múltiplas temáticas surgiam: leituras poéticas de ex-presos políticos que foram torturados na ditadura, como o teatrólogo *Oswald Barroso*; depoimentos de pessoas que até hoje procuram seus irmãos desaparecidos políticos, como *Breno Moroni*; debates com o *Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura*; discussões sobre a falta de democracia nos meios de comunicações, com o *Coletivo Intervezes*; arte/conferência sobre teorias críticos-reprodutivistas, com o artista e professor *Herbert Rolim*; shows de bandas e músicos independentes, como *Dead Leaves*, *Gambiarra Sonora* e *Deveras*, *Uirá*

5. Para mais informações, acesse também o site do projeto *Donos da Mídia* (2012), que reúne dados públicos e informações fornecidas pelos grupos de mídia para montar seu panorama completo no Brasil.

dos Reis; discussões sobre arte, com a *Revista Crítica de Arte Reticências* e *Revista Baque*⁶, entre outros.

Além das chamadas *Intervenções-transmissões*, é importante destacar que o coletivo realizou, no início da exposição, uma oficina, com três dias de duração, sobre Rádios Alternativas: teorias e práticas. Por fim, vale destacar também a participação de estudantes da rede pública municipal de ensino. Na visita à galeria, guiada por uma educadora, houve discussões sobre as temáticas referentes à ditadura, à arte urbana e também ao uso da rádio. Muitos dos colégios visitantes possuíam projetos internos voltados para a rádio e, ao visitarem a miniestação experimental, puderam, além de compartilhar suas experiências com a radiofonia, conhecer um pouco os equipamentos e “entrar no ar” com canções, poesias e discussões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que nos interessou neste trabalho foi expor alguns processos nos quais a educação de si e dos outros se insere na invenção de maneiras singulares de relações das alteridades (Gadelha, 2009). A partir do levantamento das ações do coletivo *Os aparecidos políticos* – e suas intervenções urbanas – podemos observar alguns estratégias criadoras de linhas de fuga à biopolítica – a esse agenciamento da vida das populações. Sem incidir numa proposição romântica dessas intervenções, podemos observar que houve, nessas atividades, a possibilidade de se sair do consenso de uma educação baseada em valores e de práticas relacionadas a uma cidade cada vez mais acostumada a uma lógica consumista, individualista e sem nenhum tipo de memória.

Como diria Foucault (1986), O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação (p. 183). Nesse sentido, na *Exposição/Ocupação Rádio Arte*, a partir da criação de uma rádio livre, pôde-se observar que o poder se exerceu na tessitura dos diversos coletivos, artistas, estudantes, músicos, poetas e ex-presos políticos que se fizeram então presentes. Seja em versos declamados, em poesias antes repreendidas, em fortes relatos de torturas e desaparecimentos ou em músicas que não encontram espaço no tecido social, um pouco de resistência fincou-se naquele espaço, reterritorializando o espaço físico da galeria e o espaço do espectro eletromagnético

6. Além dos grupos citados, participaram da *Exposição/Ocupação*: Andy Monrroy, Associação Anistia 64-68, Brasileiro Maracatu, Cicero Modesto, Coletivo Squat Toren, Dança no Andar de Cima, Dimitri Nóbrega, DJ Soul Rebel, Eugênia Siebra, Fernando Pudim, Homus Urbanos, Inácia e Ivânia, João Paulo, Júlio Lira, Lourdes Viera, Movimento de Defesa e Luta pela Moradia, Movimento Todo Teatro é Político, Programa Rock e Mulheres, Sandra Helena de Souza, Tânia Gurjão, Teatro Imaginarium, Paulo Rodrigues, Tito de Andréa, Zê Maria, Zineteca de Fortaleza.

do ar. Desterritorializando ainda subjetividades coletivas acostumadas a uma programação centralizada na ideia representativa de emissor/receptor, produtor/consumidor e lucro/audiência.

Por fim, acreditamos, como Gallo (2010), que

O desafio que nos coloca uma filosofia da diferença tal como pensada por Deleuze e por Foucault é o de investir em um pensamento criativo em educação, para além de totalizações, seja da teoria, seja da prática. Não na produção de novos modismos teóricos – e algumas vezes mesmo essa filosofia da diferença é capturada nas engrenagens da máquina de produção –, mas na produção de novas experiências de pensamento e de ação, tomadas em sua regionalidade (p. 63).

As possibilidades de experimentações no campo da arte e política, das rádios livres e de suas políticas de resistência, enfim, foram algumas das maneiras de se fazer convergir pensamentos relacionados aos regimes de exceção (ditadura civil-militar, falta de democracia nos meios de comunicação) e à produção de ações voltadas para a quebra do falso consenso de uma democracia totalmente estabelecida, pois, como se sabe, ainda vivemos sob a permanente ameaça do retorno aos fundamentalismos.

Referências

- AMARAL, L. Interterritorialidades: passagens, cartografias e imaginários. In: BARBOSA, A. M.; AMARAL, L. (Org.). *Interterritorialidades: mídias, contextos e educação*. São Paulo: Ed. SENAC, 2008. p.45-61.
- APARECIDOS políticos. Disponível em: <www.aparecidospoliticos.com.br>. Acesso em: 08 abr. 2012.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- DONOS da mídia: o mapa da comunicação social: dados consolidados. Disponível em: <www.donosdamidia.com.br>. Acesso em: 08 abr. 2012.
- DUARTE JR, J. F. *Por que arte-educação?* 7. ed. Campinas: Papirus, 1994.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 6. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GADELHA, S. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões*, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GALLO, S. Filosofias da diferença e educação: o revezamento entre teoria e prática. In: CLARETO, S. M.; FERRARI, A. (Org.). *Foucault, Deleuze e educação*. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2010. p. 49-63.

GUATTARI, F. Prefácio. In: MACHADO, A.; MAGRI, C.; MASAGÃO, M. *Rádios livres: a reforma agrária no ar*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.9-13.

MARQUEZ, R.; CANÇADO, W. Na corda-bamba: intervenções urbanas em dança contemporânea. In: LETRO, C.; GODOI, W. (Org.). *ENARTCI: emergência*. Ipatinga: Híbridos, 2010. p. 70-74.

PELBART, P. P. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

RANCIÈRE, J. Será que a arte resiste a alguma coisa?. In: LINS, D. (Org.). *Nietzsche/Deleuze: arte, resistência*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Fortaleza: Fundação da Cultura, Esporte e Turismo, 2007. p. 126-140.

SILVA, M. B.; GALVÃO, A. M. de O. Concepções de arte na educação. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n. 35, p. 141-159, set. 2009.